

Linguística da comunicação e Linguística descritiva: os eixos sincrônico e diacrônico nos atuais modelos de Morfologia

(Communication Linguistics Descriptive Linguistics: synchronic and diachronic axes in current models of Morphology)

Mário Eduardo Viaro

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Universidade de São Paulo (USP)

maeviaro@usp.br

Abstract: Some epistemological problems about the assumptions adopted by modern Linguistics since the publication of *Cours de linguistique générale* are discussed in this paper. Its dichotomies are further analyzed and a review of these concepts is then proposed, which is based on new questioning brought by historical, comparative, sociolinguistic and psychological studies.

Keywords: epistemology of linguistics, synchrony and diachrony; language and speech; morphology.

Resumo: Discutem-se neste artigo problemas epistemológicos acerca dos pressupostos adotados pela Linguística moderna desde a publicação do *Cours de linguistique générale*. Analisam-se mais detidamente algumas dicotomias e propõe-se sua reinterpretação à luz de novos questionamentos trazidos pelos estudos históricos, comparativos, sociolinguísticos e psicológicos.

Palavras-chave: epistemologia da linguística; sincronia e diacronia; língua e fala; morfologia.

Historiografia

Em nossa formação acadêmica do século XX tivemos contato com diversos manuais que afirmam ser a Linguística uma ciência. Se entendermos *ciência* como um sistema de discursos por meio do qual se constrói e se organiza o conhecimento acerca de um objeto existente no mundo, na forma de explicações e predições, talvez nos deparemos com um problema epistemológico em alguns setores da Linguística. Algumas linhas privilegiam o entendimento da organização do fenômeno linguístico; outras focam a explicação e a predição. A Matemática e a Lógica, rigorosamente falando, segundo essa definição, não seriam ciências. Seus teoremas são possíveis de ser provados, já numa ciência, isso não ocorre: teorias são, no máximo, corroboradas ou contraditas. No caso da Linguística moderna, que tem a língua como o objeto de estudo, o *ponto de vista* assumiu atipicamente um papel central. Por ter nascido no início do século XX, em plena discussão acerca do relativismo, houve um confronto com pelo menos dois outros estudos linguísticos: o da Gramática e o da Filologia.

Para que se entenda o que é uma língua, é preciso partir de uma coleta representativa do fenômeno linguístico, que é, em si, inacessível, como deixa bem clara a imagem da *huge chart* de Bloomfield (1965 [1933], p. 46-47):

Imagine a huge chart with a dot for every speaker in the community, and imagine that every time any speaker uttered a sentence, an arrow were drawn into the chart pointing from his dot to the dot representing each one of his hearers. At the end of a given period of time, say seventy years, this chart would show us the density of communication within the community [...] The chart we have imagined is impossible of construction. An insurmountable difficult

and the most important one, would be the factor of time [...] our speech depends entirely upon the speech of the past. Since we cannot construct our chart, we depend instead upon the study of indirect results and are forced to resort to hypothesis.

A partir dessa coleta é que nascem os chamados modelos (ou “teorias”). Deles, inferem-se previsões que, testadas, apontam para um valor de verdade. Diante da corroboração, qualquer modelo científico adquire força; diante da contradição, o modelo pode ser refeito — e, para tal, variáveis são acrescidas — ou totalmente abandonado. Ora, com relação ao conhecimento da linguagem e das línguas, a Gramática, a Filologia e a Linguística moderna fizeram suas contribuições: por isso, ao conjunto de todas essas áreas, utilizaremos aqui o termo *Linguística*. A subjetividade presente nas gramáticas — em grau menor na Filologia e na Linguística moderna — não é razão para entendermos que suas conquistas, ainda que mais lentas, rumo ao conhecimento do fenômeno linguístico sejam desprezíveis. A classificação em grupos de palavras, antevista já em Platão e Aristóteles, mas presente de forma clara em Dionísio Trácio (170-90 a. C.) e em toda a tradição gramatical subsequente visava, entre muitas coisas, a entender um elemento natural nas línguas: as classes de palavras. Considerações valorativas, tão características nas gramáticas normativas, devem ser vistas como uma interferência de outros discursos presentes na cultura sobre o discurso científico. O mesmo se pode dizer da dogmaticidade e sobretudo da descaracterização das palavras efetuada pelos gramáticos em nome de uma “coerência lógica” (termo ainda hoje usado, embora errôneo), com vistas à precisão da fala, almejada pelas gramáticas desde o século XVII. Tanto o aspecto do julgamento estético quanto o da deformação do elemento natural parecem afastar a Gramática do que seria uma ciência pura, mas dizer que os gramáticos só tenham legislado sobre a língua é um exagero de cunho caricatural muito comum no advento da Linguística moderna, mas hoje dificilmente possível de se manter, dados os avanços da Historiografia da Linguística.

Paulatinamente livre desses aspectos, a Filologia do século XIX abandonou o dogmatismo e incentivou a coleta de dados. Desenvolveu teorias de cunho histórico e psicológico que lhe conferiram alto grau de cientificidade, em grande parte desconhecidas hoje. O abandono de muitas das conquistas filológicas pela Linguística moderna (motivado sobretudo pelo interregno das guerras mundiais e pela interrupção de muitos estudos florescentes até a década de 20) e a subutilização dos dados coletados pelos filólogos (que deixaram de ser levados em conta em nome de uma maior abstração metodológica) causaram visíveis retrocessos em diversos setores da Linguística. No final do século XX e início do XXI, vários autores, dentre os quais os chamados funcionalistas, se tornaram atentos a esse problema. Vislumbra-se hoje com mais nitidez que as conquistas da Filologia não devem ser vistas, de maneira hegeliana (ou comtiana), como uma antevisão da Linguística moderna, mas que a riqueza de perspectivas ainda inexplorada de ambas deverá convergir-se num futuro recente, a fim de consolidar, numa síntese, a Ciência Linguística por excelência.

Thomas Hobbes (1588-1679) acredita, no seu *Leviathan* (1985 [1651]), que a linguagem deva ser estudada pela filosofia natural (e não pela filosofia civil), sob a forma do estudo das poesias, da Retórica, da Lógica e da Ciência da Justiça. As principais consequências da linguagem seriam, segundo ele, exaltar, vilipendiar, persuadir, raciocinar e contratar. A Ciência da Linguagem juntamente com a Ciência das Paixões humanas (a Ética) se uniriam em um grupo de conhecimento exclusivo do homem (Ciências Humanas). A Ótica, a Música e o estudo dos demais sentidos, por não ser exclusivo do homem, agrupar-se-iam com as

Ciências Humanas num grupo que poderíamos chamar de Ciência dos Seres Sensitivos, a qual, fundindo-se com a Ciência dos Vegetais e dos Minerais, se subordinaria à Ciência dos Corpos Terrestres. Os corpos terrestres, juntamente com as estrelas, o ar e o éter seriam da alçada da Ciência dos Corpos Permanentes, a qual, associada à Ciência dos Corpos Transitórios (a Meteorologia), se uniria à Física, que é uma parte, no seu sistema, da chamada Filosofia Natural. Posteriormente, outro inglês, John Locke (1632-1704), detalhará ainda mais o estudo científico da linguagem, no livro 3 de seu *An essay concerning human understanding* (1690). Nele veremos diversos pressupostos da Linguística moderna, cuja gênese nem sempre foi tão clara para os historiógrafos do pós-guerra. Para Locke, as palavras são sinais sensíveis e necessários para a comunicação. Como num tratado de Semântica, Locke entende que a Ciência da Linguagem está vinculada ao estudo da comunicação humana. Não é à toa que ecos de Locke se verão em Saussure e sobretudo nos estruturalistas americanos. Chomsky faz questão de apresentar seus pressupostos como nascidos na visão seiscentista de linguagem, em seu livro *Cartesian Linguistics* (1966).

Nasce em Locke, a nosso ver, a principal cisão na abordagem científica do objeto *língua*. No século seguinte, Gottfried W. Leibniz (1646-1716), em seus *Nouveaux essais sur l'entendement humain* (1686 [1765]), questionará a arbitrariedade do signo proposta pelos estoicos e aceita por Locke como algo restrito às línguas artificiais e propõe o estudo histórico com pressupostos semelhantes aos utilizados no *Crátilo* de Platão. A indução seguida por Locke a partir de uma trilha aberta por Francis Bacon (1561 [1620]) deve dar lugar, na argumentação de Leibniz, à retomada da dedução. O embate científico aqui parece extremamente prolífico e digno de ser entendido, uma vez que, entre os objetos abordados pelos filósofos, a linguagem ocupa diversos capítulos. O tema é complexo e, entre as abordagens modernas, merece que citemos aqui apenas a de Popper (1963), que nega a possibilidade da perspectiva indutiva de caráter científico. A única exceção admitida por Popper seria o estudo histórico.

Dicotomias do *Cours de linguistique générale*

Em 1915, a reconstrução do curso ministrado por Ferdinand Mongin de Saussure (1857-1913), publicado com o nome de *Cours de linguistique générale*, por Charles Bailly e Albert Sechehaye, trouxe, por meio de uma aceitação generalizada e quase dogmática dos estruturalistas subsequentes, conceitos importantes para o entendimento da visão do *Cours* sobre a *língua*. Dentre as famosas dicotomias do *Cours*, interessa-nos aqui sobretudo a distinção entre língua e fala e a entre sincronia e diacronia. A figura do mestre Saussure é emblemática na consolidação da Linguística moderna, embora a historiografia questione hoje a propalada originalidade de suas ideias e a consequente formação de seu mito, criado por entusiastas do pós-guerra, entre eles, Louis T. Hjelmslev (1899-1965). Sobre suas ideias repousa grande parte das visões atuais que, como tentaremos apresentar aqui, não são de modo algum inescapáveis.

Descrever uma língua parece, à luz dos seguidores de uma postura dedutiva, algo menor. No entanto, descrever dados linguísticos não é simplesmente elencá-los em listas e agrupá-los arbitrariamente. Todo agrupamento requer uma teoria prévia e, com ela, seus pressupostos. Somente as categorias naturais de nosso cérebro aceitam de forma passiva a categorização contraditória e a sobreposição de hierarquias semânticas. Num bom modelo científico, uma lógica, ainda que não necessariamente a tradicional, deve

nortear qualquer intento de categorização, criando-se assim um modelo que, por meio da aplicação rigorosa de critério, devolva algo da complexidade natural, sobretudo nos seus aspectos paradoxais. Não é preciso dizer que, sobretudo na Semântica, modelos com um grau razoável de eficácia são reservados ainda a um futuro indefinido. Na falta de modelos e de uma teoria decorrente, todo intento de agrupamento em Linguística, desde sua gênese, tem sido arbitrário e daí a vitória do relativismo.

O *Cours de linguistique générale*, no entanto, nos leva a entender a linguagem humana por meio da distinção entre língua e fala. Essa dicotomia, por si, é uma tentativa de organização dos dados linguísticos, mas não é, rigorosamente falando, uma categorização. Um elemento de língua requer uma coletividade de indivíduos: *la langue existe dans la collectivité sous la forme d'une somme d'empreintes déposées dans chaque cerveau, à peu près comme un dictionnaire dont tous les exemplaires, identiques, seraient répartis entre les individus* (1969 [1915], introd., iv, p. 38). A fala, contudo, é instrumento e produto individuais da língua coletiva. O *Cours* afirma que o indivíduo falante é passivo com relação à língua, mas ativo com relação à fala, porque exerce nela sua inteligência e sua vontade, combinando elementos do código linguístico na exteriorização de seu pensamento (*mécanisme psycho-physique*). Sob essa ótica, língua e fala são mutuamente excludentes: *il n'y a donc rien de collectif dans la parole; les manifestations en sont individuelles et momentanées [...] il serait chimérique de réunir sous un même point de vue la langue et la parole* (1969 [1915], introd., iv, p. 38).

Em vez de avançarmos a partir desses conceitos, tratando-os como uma verdade supostamente revelada pelo mestre Saussure, investiguemos seus antecedentes e a sua aceitabilidade. É, de fato, bastante aceitável, para a tradição ocidental, que vejamos uma entidade abstrata como a *língua*, de um lado, e tudo que se opõe a essa forma ideal, de outro, e que tratemos esse conjunto de fatos que se opõe à língua de maneira igualmente abstrata como *fala*. Mais força lhe dá a própria razão humana: o cérebro humano trabalha com categorias e não com indivíduos. *Esta* cadeira só é uma cadeira porque conheço outras cadeiras. Do ponto de vista ontológico, somente o nome próprio exerceria, de forma inequívoca, a relação entre o *objeto* presente na realidade e aquilo que se convencionou chamar de *imagem mental* do mesmo objeto. O objeto é inacessível ao entendimento de maneira imediata. Dessa forma, tanto língua quanto fala comungam do mesmo pecado original: não tratam do objeto mas de uma figura de entendimento associada a esse mesmo objeto.

A fala não pode ser essencialmente individual, como quer o *Cours*, sob pena da incomunicabilidade. Dizer que as coisas procedem desse modo só é tolerável por meio de uma figura de linguagem que consiste na interpretação romântica do significado de *individual*, quase sinônimo de *inédito* ou *original*. A *palavra*, pelo contrário, pode ser entendida como uma unidade de língua idêntica à unidade de fala, se abstrairmos do significado do signo *palavra* a sua manifestação quer sob impulsos cerebrais quer sob ondas sonoras. Não há uma palavra na língua e outra na fala, o que há é uma única palavra com eficácia comunicativa garantida que adotamos e transmitimos. Quando ouvimos uma palavra, reconstruímos a rede de significados a partir de seu *input*; quando usamos a mesma palavra, apostamos que essa mesma rede se reconstruirá na mente alheia. Entender uma palavra é decodificar acertadamente os impulsos auditivos ou visuais e, para tal, não precisamos dominar o sistema em que a palavra se insere: ao ouvirmos ou lermos o seguinte trecho

em valáder, mesmo não sendo proficiente nessa língua, é possível termos êxito ao entender a sua mensagem.

- (01) Quists pronoms persunals enfaticos vegnan dovrats generalmaing davu pronoms o substantivs per tils rinforzar. Las fuormas femininas vegnan eir dovradas per il masculin. Il singular e'l plural han listessas fuormas (GANZONI, 1983, p. 69).

Por outro lado, um texto formado com palavras extraídas de um dicionário de nossa própria língua materna pode ter êxito menor:

- (02) Os contubernáculos se locupletam vezeiramente de sodalícios equevos e chalaceiros, mormente cábulas, que, provectos a cote na verbiagem soez e batológica letificam coa sua joliz zangurriana e coa sua jucunda jiquipanga a mais mesta das circunjacências.

A compreensão da mensagem, portanto, prescinde do sistema e está envolvido num jogo de probabilidades. Poderia ser quantificado de maneira estatística. Desse modo, os traços pouco pertinentes que distinguem língua e fala (como ausência de materialidade sonora na língua *versus* materialidade na fala, coletividade da língua *versus* caráter estilístico do individual na fala) cedem espaço a uma diferença mais importante: o êxito comunicativo de cada palavra, mensurável no espaço e no tempo de sua atuação. No espaço, porque uma palavra recém-criada na gíria tem raio de atuação espacial menor do que uma palavra de alta frequência numa língua. No tempo, porque uma palavra pode permanecer intacta quanto ao seu significado geral durante décadas ou séculos até tornar-se um arcaísmo e por fim desaparecer. O mesmo raciocínio acima apresentado para as palavras pode aplicar-se aos seus elementos componentes (significante e significado), aos elementos de formação das palavras (sufixos, prefixos etc.), às flexões, às regras sintáticas e até mesmo aos fonemas e às suas realizações fonéticas.

Além disso, se, verticalmente, cada elemento teria um índice mensurável de êxito comunicativo num determinado código linguístico, horizontalmente, nada impede que esse mesmo elemento aja em “sistemas” distintos, como o português e o valáder. Tanto a distinção entre língua e fala quanto o conceito de “sistema” (ou seja, a visão discreta das línguas em oposição à ideia do *continuum* linguístico) revelam, portanto, mais uma longa e pouca questionada tradição de pensamento do que uma verdade científica. Abaixo desenvolveremos esse aspecto de forma mais detalhada.

Sob o viés que acima chamamos de “vertical”, um elemento linguístico com êxito comunicativo x numa língua qualquer deve seu mesmo êxito à sua transmissão temporal e à sua difusão espacial. Do ponto de vista do tempo, esse elemento pode conservar ou alterar tanto seu significado quanto seu significante. Cumpre lembrar que estamos entendendo por *significado* de uma palavra o conjunto de relações — associadas a uma referência qualquer ou a uma imagem mental e depreensíveis em contextos de uso distintos — que um mesmo conjunto de realizações sonoras (ou visuais), numa sequência inalterável (ou seja, o *significante* dessa mesma palavra), pode representar. Toda atualização de um signo linguístico, portanto, dispõe, além da sua relação específica entre significado e significante, de uma vinculação com o tempo e com o espaço em que foi produzido. Se não alterarmos a relação entre significante e significado, mas mudarmos o tempo ou o espaço, não diremos que estamos diante de signos distintos, mas mudados significado ou significante, não há propriamente consenso se estamos diante do mesmo signo ou não. Por exemplo, o significado

de *transar* é sensivelmente distinto desde a sua criação até hoje. Inicialmente significava “negociar”, depois “conversar”, “curtir” e por fim obteve o sentido atual:

- (03) “essa modificação não ocorreu graças a um projeto autônomo das classes médias. Essas puderam ‘*transar*’ com as classes dominantes graças à existência de dissidências internas” (HOLANDA; CAMPOS; FAUSTO, 1960);
- (04) “Portanto o empregado *transa* o que? O direito à indenização que adquiriu pelo trabalho regular” (TEIXEIRA, 1970);
- (05) “Tostão *transa* com Clodô” (MANCHETE, 1972);
- (06) “o signo verbal forma um sistema dominante de comunicação. Quer dizer: todo mundo *transa*, todo mundo usa, todo mundo trabalha com o signo verbal” (PIGNATARI, 1977).

Outras ocorrências semelhantes, como “*transar* em família”, “*transar* com Deus”, “*transar* com empregado”, “*transar* tóxicos”, não têm a interpretação sexual atual, pois o novo sentido se tornou mais frequente apenas em meados da década de 80. Normalmente se entende isso como uma mudança do significado da palavra, no entanto se o signo é o mesmo, como explicar — sem incorrer num paradoxo — que o significado primitivo já não existe ou está em vias de extinção e que só o significante se mantém? Parece ser mais razoável entendermos que se trata da *mesma* palavra (e, portanto, do *mesmo* signo) apesar do significado se ter alterado.

Nesse sentido, afirmarmos que a palavra *chuveiro* com o significado original de “chuva intensa” é um arcaísmo nas regiões que ainda se utiliza com esse sentido. Qual o critério, além da nossa subjetiva sensação como falantes, de uma das variedades de uma língua, para nomearmos a *nossa* variedade como o ponto de apoio para o julgamento da língua como um todo? A sensação do falante distorce a informação dos dados históricos. Uma vez que não existe onisciência do falante, valeremo-nos apenas da nossa experiência parcial como indivíduo que julga o objeto que analisamos, servindo-nos apenas de nosso bom-senso (e de nossa memória momentânea), é um método bastante falho embora bastante empregado no Estruturalismo e prática corrente no Gerativismo.

O mesmo que dissemos sobre o significado vale para o significante: o conceito estruturalista de *arquifonema* requer o absurdo conhecimento da língua em *toda* sua manifestação plural. Na prática, isso gera problemas. Se se aceita que haja neutralização que produz um arquifonema /S/ a partir de quatro fonemas distintos /s/, /z/, /ʃ/, /ʒ/ em posição de coda silábica, esquece-se que há variantes minoritárias no norte de Portugal que possuem mais dois fonemas, onde, por exemplo, se distinguem *asso*, *aço* e *acho*. Também a afirmação da inexistência de um fonema /ɐ/ por oposição a /a/ se vê em uma situação complicada quando, no português lusitano, na produtivíssima primeira conjugação verbal, encontramos, pares apenas na primeira pessoa do plural do presente do indicativo, como *amamos* vs. *amámos*. A solução para tais casos não tem sido nem mesmo a da explicação *ad hoc*, mas a situação mais precária da ignorância ou da declaração da irrelevância do contra-exemplo.

Linguística e Psicologia

Quando o *Cours* faz menção ao cérebro, motivado pelos então recentes estudos da emergente Psicologia, declara a importância dessa parte do corpo humano, cujo estudo

tem hoje papel central não só na Linguística cognitiva, mas também em visões epistemologicamente mais dogmáticas, como a de Pinker (2007 [1994]) e seus seguidores na Psicolinguística. De fato, a língua é um código mas não o é de si mesma, como ocorre na Lógica, mas tem uma função clara, que é a expressão de uma referência. Falar sobre o funcionamento da língua é, portanto, ambíguo. A língua funciona porque tem elementos compreensíveis e regras claras, porém esses mesmos elementos e regras não surgem no ato de fala, como vimos, mas está presente em um grande número de atos de fala, que envolvem situações e momentos distintos. Negar a difusão e a história da língua seria tão absurdo quanto negar a sua função comunicativa. Não há, portanto, relação hierárquica nenhuma entre elas e não há interesses óbvios para privilegiar esta ou aquela forma de enxergar a linguagem. Entra aqui a segunda dicotomia do *Cours* (1969 [1915] parte I, cap. 3, § 9):

La linguistique synchronique s'occupera des rapports logiques et psychologiques reliant des termes coexistants et formant système, tels qu'ils sont aperçus par la même conscience collective.

La linguistique diachronique étudiera au contraire les rapports reliant des termes successifs non aperçus par une même conscience collective, et qui se substituent les uns aux autres sans former système entre eux.

Claro está que a sincronia dos elementos linguísticos está na base da ilusão psicológica que o falante tem, não na sua fala, mas racionalizada na forma de sua língua, e que cria o chamado “sistema”. Essa ilusão psicológica é real, no sentido que é por meio dela que se efetua a aquisição da linguagem. Se a mente não é de fato uma *tabula rasa* no sentido lockiano (presente no *Cours*), mas um resultado evolutivo da espécie humana como o adotado por Pinker (1997, 2002, 2007) e há experimentos atualmente que comprovam a segunda postura, uma mudança epistemológica se vê necessária por causa da alteração dos pressupostos. Mesmo sem falarmos de experimentos da Psicologia, é fácil observar que uma língua passa por uma ontogênese (a fala da criança é distinta da fala de um adulto) semelhante à dos seres vivos e que as palavras e os conceitos são transmissíveis de uma geração a outra, de forma paralela à genética, como postula o conceito de *memes* de Dawkins (2006 [1976], 1999). Portanto, uma língua está em constante modificação e isso se vê de forma mais evidente nos elementos que a compõem.

A diacronia não é uma ilusão, mas é uma realidade, facilmente comprovável por documentos e testemunhos. A diacronia flagra a essência da linguagem e não é comparável à sincronia, como parece inferir-se da dicotomia do *Cours*. Seria, de fato, tão fácil assim opor uma ilusão a uma realidade? Ou melhor, é tão fácil assim opor a comunicação linguística à mudança linguística? Dito dessa forma, aparentemente não. Na verdade, a mudança linguística não é objeto de nenhuma ciência, se entendida no seu aspecto natural da mudança da linguagem, como um todo. Só o é se entendida como mudança de elementos linguísticos particulares.

Se a postura sincrônica fosse uma realidade e se quiséssemos entender apenas o momento atual real, mesmo num recorte razoável de tempo, teríamos que fazer paradoxalmente incursões diacrônicas, para separar o joio do trigo. Veríamos que grande parte do que funciona numa língua seria subitamente visto como detrito de épocas passadas. Pairariam dúvidas justificáveis se é possível somente estudar o que é *de fato* presente, por

exemplo: (a) a maioria dos substantivos abstratos derivados por sufixação do português são de origem latina clássica ou francesa; (b) o hebraico foi reconstruído e hoje é língua materna de milhões de pessoas; (c) um substantivo de outra realidade pretérita permanece ainda hoje por causa da escrita que o congela na sua sincronia; (d) falamos de carruagens mas elas não existem mais a não ser nos livros, nos filmes e nos museus. O passado convive com o presente nos signos atuais. A sincronia é, como dissemos, uma ilusão ou, no máximo, um método.

A verdadeira essência comprovável da língua é fragmentada espacial e temporalmente. Isso nos faz pensar que o platonismo presente em quase todo dedutivismo deveria ceder espaço ao heraclitianismo da realidade. O linguista Hugo E. M. Schuchardt (1842-1927) perseguiu essa ideia durante toda sua obra, mas seus estudos infelizmente não tiveram grandes desdobramentos. A visão do *Cours*, que deve muito aos neogramáticos e é oposta à visão schuchardtiana, impôs-se acriticamente após as duas guerras mundiais e todo o universo epistemológico desenvolvido entre 1870 e 1920. Hoje ainda está por ser descoberto sem os preconceitos que lhe impingiram o Estruturalismo e o Gerativismo subsequentes.

Se a verdadeira essência comprovável da língua é fragmentada, é difícil falarmos tranquilamente de línguas como unidades discretas e perfeitamente intuitivas a não ser pela ilusão sincrônica da comunicação. Conceitos como *língua* ou *dialeto* são apenas construtos operacionais e não realidades. Línguas, tais como as entendemos, são entidades de ordem política. Há expressões idênticas que pertencerão a sistemas distintos, quer esses sistemas sejam considerados línguas distintas, etapas ou dialetos da mesma língua. O sistema do português de Maputo é distinto em vários aspectos do português de Coimbra ou de Bauru e todos esses são distintos do sistema apresentado no Bosco Deleitoso, nas Cantigas de Santa Maria, nos textos camonianos. Por outro lado, se enfocamos a semelhança e não a diferença na definição de “língua”, é difícil justificarmos por que galego, a fala de Xálima e o português brasileiro são consideradas línguas distintas por seus falantes. A sensação do falante não parece ser o julgamento mais adequado, cientificamente falando, para qualquer fenômeno linguístico. Se conceitos universalmente aceitos como língua não são bons para um estudo histórico e geolinguístico, parece funcionar bem para a Pragmática e para questões linguísticas de cunho cognitivo que desconsiderem a não-compreensão ou a tratam como secundária. Também pareceu essencial nos primórdios da teoria gerativo-transformacional, como se vê em Chomsky (1965, p. 3):

linguistic theory is concerned primarily with an ideal speaker-listener, in a completely homogeneous speech-community, who knows its language perfectly and is unaffected by such grammatically irrelevant conditions as memory limitations, distractions, shifts of attention and interest, and errors (random or characteristic) in applying his knowledge of the language in actual performance.

De fato, há setores da Linguística que prescindem da História, como já demonstraram inúmeros livros, artigos e teses que tratam da língua como instrumento de comunicação pura e simplesmente. Nesse caso, a interação entre os falantes, o funcionamento do cérebro para processar a linguagem, a compreensão e o reconhecimento de unidades linguísticas de fato não seriam mais aclarados com o conhecimento histórico dos elementos que compõem a língua. O máximo de tempo que pode entrar em questão é o desenvolvimento ontogênico no indivíduo durante a aquisição da linguagem. Noutras áreas, porém, negar a importância

histórica ou fazer um recorte que não preveja a fragmentação espaço-temporal de uma língua tem gerado limitações insuperáveis aos modelos. Por falta de abarcar o todo, usou-se desde sempre o recurso do *corpus*, no entanto o conhecimento aduzido dos *corpora* é provisório e jamais deveria ser considerado uma meta. Numa investigação sobre realidades fonéticas, morfológicas ou sintáticas, valer-se de *corpora* para se atingir a plenitude do fenômeno é uma atitude semelhante à aparente exclusão de que se valem os gramáticos tradicionais quando fazem seu recorte sobre textos de “bons autores”. Um dado é um dado em ciência, não importa se está num *corpus* ou não, se foi usado por um “bom autor” ou não. É utópico imaginar que o conhecimento linguístico possa ser auferido de maneira controlada, da mesma forma que um experimento químico ou a análise de uma cultura de bactérias o fazem. Falta-lhe a base dedutiva para tal.

A prática do “recorte” não gera acúmulo de conhecimento científico, mas o restringe. Todo dado linguístico é válido uma vez que a situação que os produziu é quase sempre irrecuperável e a maioria indevidamente registrado ou acessível. Os dados sobre o indoportuguês fornecidos pelo padre Sebastião Dalgado no início do século XX são hoje praticamente impossíveis de ser recoletados, uma vez que está praticamente extinto. Quanto da história do português perdemos ou ganhamos ao conhecer tais obras? O mesmo se pode dizer *mutatis mutandis* da rica informação linguística veiculada nas antigas publicações. A estipulação tendenciosa de diversos inícios para uma Linguística “realmente científica” tem criado não só o desprezo cronocêntrico, mas também a ilusão da superioridade de algumas correntes sobre outras. A linha alheia, sobretudo a do linguista antigo, é entendida como superada e, com elas, seus estudos e seus dados. A imprecisão na coleta, contudo, não é prerrogativa dos antigos. Também a coleta atual é subutilizada porque não é organizada, como se faz, por exemplo, nos museus de Zoologia nos *Zoological Records*. Por vezes nem mesmo o título de linguista é dado a um pré-saussuriano, como se o *Cours* fosse o evangelho que aboliu a antiga lei. O mesmo se repete com Chomsky, com Aronoff e com outros. O mesmo se fez com Bopp, enterrando a Linguística de Rask, e de outros autores do século XVIII.

O problema da Morfologia

Afunilando essas considerações, à guisa de exemplificação, poderíamos indagar: o que é de fato a Morfologia? Há quem negue sua existência ou funda-a com a Fonologia ou com a Sintaxe. De qualquer forma, há uma morfologia natural nas línguas e uma ciência homônima que a estuda. As línguas têm regras que, como vimos, têm diferenças, quanto ao emprego, tanto espacial quanto temporalmente. Essas regras supõem conjuntos de palavras que se opõem a outros conjuntos de palavras. Os conjuntos morfologicamente definidos, portanto, dizem respeito não tanto à semântica, mas ao comportamento com outros conjuntos de palavras. Por exemplo, nem sempre é claro distinguir, sem levar em conta a semântica, qual a diferença entre um substantivo e um adjetivo, no entanto há palavras que se combinam sintaticamente de maneira periférica com substantivos nucleares no mesmo sintagma, digamos assim. Nasce aí o problema: em *manga amarela*, a palavra *amarela* é considerada tradicionalmente um adjetivo, no entanto em *azul cobalto* o substantivo *cobalto* tem uma função subordinada ao adjetivo (seria um advérbio, na nomenclatura de Tesnière, de 1959). De qualquer forma o primeiro *locus* sintático (*manga, azul*) se refere a um subordinador e o segundo (*amarela, cobalto*), a um subordinado. Sair do modelo tradicional de

duas classes (a saber, substantivo e adjetivo) para um de quatro classes requer definições claras, nem sempre presentes. Dizer que há substantivos subordinadores, adjetivos subordinadores, substantivos subordinados e adjetivos subordinados parece mais uma situação provisória do que uma solução: na verdade, sempre partimos do número definido de uma dezena de classes gramaticais, desde Dionísio Trácio, à busca de um número indefinido, porém não ilimitado, de outras tantas classes que refletiriam melhor as classes naturais.

Portanto, já se estuda Morfologia desde os gramáticos alexandrinos, ou seja, bem antes da invenção do nome da ciência. Os modelos tradicionais nada mais são que tentativas de organização científica das classes naturais dentro dos pressupostos epistemológicos de cada época. O termo *Morfologia*, criado no final do século XVIII na Botânica e na Fisiologia, só é adotado em meados do XIX pela Linguística de viés schleicheriano, ainda não era completamente aceito no século XX. Como o próprio nome diz, preocupava-se primordialmente com as formas, portanto com o elemento significante, e só secundariamente com o aspecto do significado. Em meados do século XX ainda haverá quem pensa ser possível descartar completamente o significado nos estudos morfológicos. Ecos disso se veem em Aronoff (1981 [1976]), para o qual é indiferente se os morfemas que compõem uma palavra têm valor semântico ou não. Aronoff é um nome importante pois deu corpo ao que se chama hoje tendenciosamente de “Morfologia científica” a partir do *laissez faire* de Chomsky (1970) e também desenvolveu conceitos que, apesar de úteis para o estudo morfológico, não são isentos de crítica (VIARO, 2010). O que interessa aqui no modelo aronoffiano é uma espécie de paradoxo herdado dos modelos estruturalistas do tipo *item-processo* e presente tanto no SPE de Chomsky e Halle (1991 [1968]) quanto no modelo gerativo-transformacional de modo geral. A geração e sobretudo a produtividade parecem trazer em si a visão dinâmica de língua, o que é correto e louvável, pois aponta para um pressuposto mais heraclítico que platônico.

No entanto, a exclusão do Léxico daquilo que Aronoff entende por Morfologia, parece ir para a direção contrária:

I will not dwell any further on existing words [...] the rules for analyzing words are essentially degenerate version of the rules for forming new ones. One might wish to speculate on the nature of the degeneration, but in order to be able to do so we must first gain some knowledge of the nature of the healthy specimens. (ARONOFF, 1981 [1976], p. 33)

Se é verdade que apenas as palavras criadas por produtividade são, como diz, “espécimes saudáveis” e as palavras do Léxico são fruto de “versões essencialmente degeneradas” das regras morfológicas, não implica daí que o Léxico não deva fazer parte da Morfologia e muito menos que quem se debruce sobre ele trabalhe com “especulação sobre a natureza da degeneração” em vez de com ciência (VIARO, 2010). Isso parece mais um recorte pautado em interesse de análise do que uma verdade a ser investigada por um cientista. Todo recorte, como dissemos acerca da sincronia, é provisório, mas também é maleável, pois o entendimento geral do fenômeno é o que seriamente se busca numa ciência e não uma opinião, um ponto de vista ou uma meia-verdade. Se sou um biólogo, posso interessar-me apenas por mamíferos. Essa especialidade, aliás, tem um nome (mastozoologia). Se me preocupo apenas com mamíferos domésticos, serei um veterinário. Se me preocupo apenas com uma raça de bois, posso ser um zootécnico ou um pecuarista, e se me preocupo apenas com meu animal doméstico serei o dono desse animal. Todo

interesse é legítimo. No entanto, um veterinário que não entenda do funcionamento da bexiga urinária nos mamíferos em geral e de como ela foi evolutivamente formada terá uma formação apenas técnica e sua falta de conhecimento pode interferir, por exemplo, na intervenção cirúrgica de um gato. A operação pode até ser bem-sucedida por um técnico cirúrgico que tenha prática, mas a compreensão do problema específico é comprometida se, perante um caso mais raro, não se tomar a medida certa pautada no conhecimento do fenômeno sob o viés da Biologia Geral, sobretudo na filogenia da família dos felídeos ou, mais amplamente, da ordem dos carnívoros. Alguém poderá apontar acertadamente nessa analogia que o conhecimento teórico de como se formou a bexiga não substitui a prática adquirida do cirurgião em suas intervenções. O pragmatismo e o conhecimento, portanto, são complementares. Não há como um prescindir do outro. Essa é a grande diferença, na Linguística americana, entre um Sapir e um Nida.

Linguística da comunicação vs. Linguística descritiva

Diferente do que se infere do *Cours de Linguistique Générale*, uma Linguística sincrônica parece não se opor claramente a uma Linguística diacrônica. Com o passar do século XX e uma maior clareza teórica desenvolvida sobretudo a partir dos anos 90, percebe-se que há outra dicotomia mais profunda que chamaremos aqui de uma *Linguística da comunicação* e uma *Linguística descritiva*.

Na *Linguística da comunicação*, o entendimento do funcionamento da língua deve seguir os princípios da estruturação da própria linguagem humana: só os elementos frequentes e produtivos, como os destacados por Aronoff, são importantes. O falante não pode ser juiz de sua língua — como é comum no Gerativismo — e não se pode especular, por exemplo, sobre questões tradicionais, como a *derivação nominal*, que pressupõem conhecimento histórico. Muito menos o falante será parâmetro para auferir informações sobre tópicos como de onde vieram as estruturas, uma vez que o faria de forma desigual, pautado na sua própria cultura, valendo-se de conjecturas, sem fazer uso de método algum. O falante sabe usar sua língua materna, mas analisa-a mal ou parcialmente, como cúmplice e como envolvido na trama, e sua opinião não é um parâmetro fiável para o cientista da linguagem. A sincronia nessa Linguística é um método artificial, um recorte no espaço e no tempo, que busca reproduzir a *ilusão sincrônica* do falante ao usar, com graus distintos de eficácia, uma língua qualquer em que se expresse com vistas à comunicação. Para tal, deve prescindir da diacronia, pois foca apenas o *uso pragmático* e o *funcionamento* do código como um todo. Esse modelo linguístico, ideal para explicar o fenômeno da codificação e da decodificação nas línguas, deve dialogar urgentemente com a Filosofia da Ciência à busca de pressupostos sólidos e, sobretudo, no tocante ao experimentalismo, com a Psicologia contemporânea.

A *Linguística descritiva* preocupa-se, porém, com os conjuntos desse sistema linguístico funcional como as classes de palavras e suas unidades (como quer a Morfologia), com os sons que o compõem e com suas regras sintáticas. Trabalha, portanto, com o levantamento exaustivo, a classificação e a análise do fenômeno investigado para além do conceito de língua como sistema, pois tanto a sua variação espacial quanto a sua variação temporal não são opcionais nessa análise, mas de fato imprescindíveis para que as conclusões não sejam facilmente refutáveis. Como a diacronia não é nem um recorte nem um método, mas faz parte necessariamente da essência das unidades dessa língua multifacetada, o

falante também não tem qualquer papel de julgamento. Igualmente, nessa Linguística, o pesquisador deve dar o veredito, não como falante, mas como investigador e analista, que prescindir da intuição e confia em seu método, que lhe pode revelar verdades anti-intuitivas, porém verdadeiras, como em qualquer ciência séria.

Uma Fonologia, uma Morfologia e uma Sintaxe estritamente sincrônicas são recortes e, como tais, provisórias para o entendimento do fenômeno linguístico, suas regras e suas exceções. Têm sua utilidade na confecção de gramáticas e do ensino de línguas, por isso têm tanto sucesso quando se trata de línguas ágrafas. A síntese utópica das duas linguísticas não é desejável, talvez nem mesmo possível, pois são facetas distintas de uma mesma e única ciência da linguagem como se fosse um cubo de Necker. O desconhecimento dos objetivos têm, porém, dado azo a conflitos desnecessários, sobretudo desde que o Estruturalismo americano acreditou ser possível abandonar a história na investigação descritiva das línguas. Se houvesse de fato uma Linguística descritiva sincrônica e dedutiva, a corroboração de modelos ou sua refutação poderia ser feita de forma coerente, mas abundam as situações em que há explicações *ad hoc*, parte porque as teorias não têm de fato caráter de previsibilidade que defendem ter, parte porque a ausência de método faz que uma conclusão já sabida modifique a sequência das premissas no decorrer da argumentação, comportamento que deveria ser mais comum aos programadores de computador do que aos cientistas. Isso é muito visível no SPE e na Morfologia pós-aronoffiana de caráter sincrônico (e mesmo em alguns modelos que incluem dados diacrônicos) quando se deparam com exceções. Por exemplo, esse problema é detectado por Spencer (1991, p. 106), a partir da crítica de Kiparsky (1968) sobre a consoante abstrata /x/ de caráter *ad hoc* do SPE (*trissyllabic laxing* ou TRL, CHOMSKY; HALLE, 1991 [1968], p. 233-234) em /rixɪ+i+əs/ → [ˈraɪtjəs] :

[...] in other words, we are guilty of using phonetic elements purely as exception features. He [Kiparsky] pointed out that there are no ways of identifying the precise nature of such underlying segments if only one rule applies to them. For instance, how can we be sure that the consonant in question is not a laryngeal fricative, or even an underlying click?

Também em Morfologia, a solução aronoffiana de um léxico em que “vale tudo” e de bloqueios *ad hoc* são saídas muito comuns para se fazer, numa Linguística descritiva sincrônica, recortes artificiais que satisfaçam altos graus de previsibilidade sem o auxílio da diacronia, mas à custa da verdade documental, que frequentemente a contradiz. No entanto, diferentemente de leis universais, como as da Física, nem toda conquista teórica em Linguística precisa ter a validade de uma lei, fato já percebido pelas críticas aos neogramáticos no final do século XIX. O que chamamos *língua* é um acúmulo funcional de acidentes históricos, uma construção e não o produto de um único ato demiúrgico. Para um objeto de tal complexidade, necessitamos de outros pressupostos, mais convincentes do que os atualmente disponíveis.

REFERÊNCIAS

ARONOFF, M. *Word formation in generative linguistics*. Cambridge, Mass./ London: MIT, 1981 [19761].

BACON, R. *Novum Organum*. In: SPEDDING, J.; ELLIS, R. L.; HEATH, D. D. *Works of Francis Bacon*. Boston: Brow & Taggard, 1857. v.1. [1620].

BLOOMFIELD, L. *Language*. New York/ Chicago/ San Francisco/ Toronto: Holt, Rinehart and Winston, 1965 [19331].

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass.: MIT, 1965.

_____. *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York/ London: Harper & Row, 1966.

_____. Remarks on nominalization. In: JAKOBS, R. A.; ROSENBAUM, P. S. *Readings in English transformational grammar*. Washington: Georgetown University Press, 1970. p. 184-221.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English (SPE)*. Cambridge, Mass./ London: MIT, 1991 [19681].

DAWKINS, R. *The selfish gene*. Oxford: Oxford University Press, 2006 [19761].

_____. Chinese junk and Chinese whispers. In: BLACKMORE, S. Oxford: Oxford University Press, 1999. [prefácio, republicado em DAWKINS, R. *A devil's chaplain*. Boston/ New York: Houghton Mifflin Co, 2003, p. 119-127].

GANZONI, G. P. *Grammatica ladina – grammatica sistematica dal rumantsch d' Engiadina Bassa per scholars e creschüts da lingua rumantscha e francesa*. Samedan: Lia Rumantscha/ Ligia Romontscha, 1983.

HOBBS, T. *Leviathan*. London: Penguin, 1985 [16511].

HOLANDA, S. B. de; CAMPOS, P. M.; FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

LEIBNIZ, G. W. *Nouveaux essais sur l'entendement humain*. In: JANET, P. (Ed.). *Ouvres philosophiques de Leibniz*. Paris: Ladrangé, 1866. [17651, redigido entre 1701-1704].

LOCKE, J. *Essay concerning human understanding*. London: Thomas Tegg, 1690.

PIGNATARI, Décio. *Comunicação poética*. São Paulo: Cortez SL Moraes, 1977.

PINKER, S. *The language instinct*. New York: HarperCollins, 2007 [19941].

_____. *How the mind works*. New York: Norton, 1997.

_____. *The blank slate: the modern denial of human nature*. New York: Penguin, 2002.

_____. *The stuff of thought: language as a window into human nature*. New York: Penguin, 2007.

POPPER, K. *Conjectures and refutations*. London: Routledge & Kegan Paul, 1963.

REVISTA MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1972.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1969 [19151].

SPENCER, A. *Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TEIXEIRA, J. R. F. *Direito do trabalho*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1970.

TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1959.

VIARO, M. E. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. *Estudos de Lingüística Galega: Pescuda*. v.2. Santiago de Compostela, 2010, p. 173-190.